



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# 4 MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO XII - Nº 208 - DE 12 A 26 DE FEVEREIRO DE 2001 - R\$ 1,00

## Os governos municipais do PT e as “parcerias” com os capitalistas



**Os capitalistas pretendem despejar a crise sobre os trabalhadores. As direções sindicais se juntam aos exploradores e impedem luta. Assembléias em todos os setores! Pauta e Comandos Unificados! Greve e ocupação de fábrica, manifestações e bloqueios de ruas, UNIDADE e INDEPENDÊNCIA DE CLASSE**

**130 anos da Comuna de Paris: Primeira Revolução Proletária**

# Quinzena de luta do movimento operário

**Multibrás fechará fábrica, demitindo 1.050 trabalhadores e Marinho pelego corre atrás do governo pedindo socorro**

Seguindo a lógica do capitalismo de lucro constante e progressivo, a empresa Multibrás (antiga Brastemp), decidiu fechar a fábrica de São Bernardo do Campo até 31/07, concentrando o setor de refrigeração em Joinville (SC). A justificativa é que o aumento da concorrência e a redução do mercado, em aproximadamente 30%, gerou uma ociosidade de 40% na fábrica (seria possível produzir até 1.600 unidades diárias, mas se está produzindo 1.000). Como a empresa capitalista não opera com prejuízo, quem irá arcar com o ônus são os trabalhadores. Resultado: haverá a demissão de 1.050 funcionários em 5 meses.

Diante disso, a direção do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC correu atrás do governo do Estado, da prefeitura de São Bernardo do Campo e demais "autoridades" públicas para conseguir apoio no sentido de tentar "segurar" a empresa aqui, achando que desta forma manterá o emprego dos trabalhadores. Marinho chegou a solicitar do governo que reduzisse os impostos a serem pagos pela Multibrás, isto é, lhe concedesse benefícios fiscais. Resolveu que irá aos EUA buscar um "diálogo" com a matriz da empresa, a Whirpool. Participou de reuniões com o governo e a empresa. Agora, a medida em que a Multibrás informou que não vai mudar sua decisão (reunião do dia 09/02), podendo, no máximo, ampliar o prazo de fechamento da fábrica, Marinho quer "lutar" pelo prazo de 2 anos.

Como vemos, para a direção do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC nada de ação direta. Nada de organizar os trabalhadores para lutarem pela manutenção do emprego, sem ceder aos capitalistas. Tanto é assim que, na assembléia realizada no dia 01/02, com 600 trabalhadores da Multibrás, a proposta adotada foi de uma manifestação pacifista e distracionista para o dia 05/02 (dia em que os funcionários deveriam retornar ao trabalho, já que a empresa havia dado uma "licença remunerada" aos mesmos, logo após anunciar o fechamento da fábrica).



No dia 05/02, a manifestação na porta da fábrica da Multibrás, que contava com 2 mil pessoas (trabalhadores, suas famílias, sindicalistas e políticos demagogos), foi seguida de uma passeata pelo centro de São Bernardo do Campo e culminou numa audiência pública na Câmara de Vereadores. Tudo ocorreu na mais perfeita ordem. A maioria vestia branco (simbolizando o pacifismo pequeno-burguês) e alguns portavam uma faixa que buscava ironizar o slogan da empresa: "Brastemp não tem comparação. Não se preocupa com o lado social do Peão."

Esta frase revela o tom do discurso, ou melhor, da linha política adotada pela direção do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, da CUT e demais petistas: pretende chamar a atenção da Multibrás para zelar por sua marca. Ou seja, quer alertá-la de que seu produto tem boa aceitação no mercado, consumido inclusive por seus trabalhadores. Portanto, a empresa não pode comprometer-se com o problema social do desemprego.

Esse é o problema para os petistas do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, da CUT e do parlamento. E é essa concepção que eles estão propagando. Tanto que, no dia 05, de um lado, os metalúrgicos ameaçaram um boicote à marca e, de outro lado, José Dirceu (presidente do PT, presente na manifestação) afirmou que a empresa "precisa ter responsabilidade social" e Marinho disse que: "Temos elementos de pressão para eles

voltarem atrás. Um deles é a marca." (Diário Popular, 06/02/01). No dia 09/02, o sindicalista continuou com este apelo de que a Multibrás precisa preservar sua marca, tomar cuidado com o desgaste e que sua atitude não combina com seu "discurso social".

O primeiro erro da direção do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC é não reconhecer que o capitalismo está em crise e que esta crise gera um impasse para as empresas: se elas não despedirem os trabalhadores e fecharem certas unidades não terão lucro, portanto, não terão razão para existir. Daí ser absurda a idéia de pedir que os capitalistas tenham "responsabilidade social", pois se eles tivessem este tipo de responsabilidade não haveria capitalismo, logo, não teríamos um problema e nem estaríamos discutindo isso agora. Ou seja, essa direção sindical não reconhece que há um problema histórico que não poderá ser resolvido sem a destruição do capitalismo. Acha que o caso da Multibrás é um caso isolado, não faz parte de um fenômeno mais amplo, cuja solução envolve todos os operários e demais trabalhadores oprimidos. Pois, ontem foi a Multibrás, hoje, a Lacta, e por aí vai.

O segundo erro da direção do Sindicato dos Metalúrgicos, é achar que os patrões da Multibrás teriam opção de agirem diferente e, portanto, podem mudar sua decisão. Isso é falso. Diante da crise do capitalismo o papel da burguesia é justamente esse: procurar desespe-

radamente uma maneira de manter ou aumentar lucros, isto é, buscar uma maneira de sobreviver enquanto classe, continuando a ser burguesia. Se isso implicar em fechar fábricas, em transferi-las, em gerar desemprego, em aumentar a exploração, ela o fará sem a menor preocupação com os trabalhadores. Isso não será diferente no capitalismo. Os capitalistas não deixam de ser e de pensar como capitalistas no capitalismo. Isso só será diferente quando eles deixarem de existir, quando acabarmos com a existência de classes sociais distintas (uma capitalista, que explora, outra proletária, que é explorada etc.).

A direção do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, portanto, é pelega e traidora, porque ilude os trabalhadores de que se a Multibrás ficar em São Bernardo do Campo eles terão emprego garantido. O próprio Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias de Refrigeração Joinville, filiado à Força Sindical (pelega n.º 1 do sindicalismo), esclarece que a fábrica de Joinville (para onde a empresa transferirá a produção) já passou por um processo de reestruturação, já teve 8 mil funcionários e hoje conta com 3.800. Chegou a demitir de uma só vez, em períodos de retração econômica, cerca de 800 trabalhadores. Há ainda o exemplo da montadora Daimler Chrysler do Brasil, que anunciou sua intenção de fechar a empresa de Campo Largo, Grande Curitiba (PR), pois a direção da empresa, em Detroit, EUA, resolveu demitir 20% dos 26 mil funcionários em todo o mundo, no prazo de 3 anos. E isso porque, em 1998, ela recebeu incentivos fiscais, terreno e infra-estrutura, para se instalar no Brasil. Em Campo Largo, há 250 trabalhadores diretos e 200 indiretos. Além disso, a Mahle (Antiga Cofap Anéis) afastou 65 dos 400 funcionários da fábrica de Mauá neste mês, sem fechá-la.

O sindicato classista, ao lutar para manter o emprego, não o faz do ponto de vista dos interesses do patrão, mas dos trabalhadores. Ou seja, exige que os capitalistas abram mão do seu lucro para investir na produção. E não aceita migalhas para que os trabalhadores fiquem empregados por algum tempo. Daí vem outro problema na política do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC: solicita ao governo a redução de impostos da empresa, isto é, atua segundo os interesses dela, mesmo dizendo que quer defender

os interesses dos trabalhadores. Defender a redução de impostos a serem pagos pela burguesia, entretanto, é o mesmo que defender a garantia de seu lucro, logo, é garantir que ela continuará a existir. E, defender que ela continue a existir, sabemos, é defender que continue a existir a exploração dos trabalhadores.

Além disso, é preciso considerar que o pagamento de impostos é uma das poucas “obrigações” da burguesia. É por meio dos recursos arrecadados com o recolhimento dos impostos que o governo, no capitalismo, pode garantir o mínimo de serviços públicos (saúde, educação etc.) para os trabalhadores explorados. Assim, a defesa de que a burguesia não arque com seus impostos é o mesmo que defender o aumento de seu lucro (já que ela irá economizar mais esse dinheiro) e o aumento do sucateamento dos serviços públicos que os trabalhadores necessitam, já que seus salários não lhes permitem recorrer aos serviços privados.

Na verdade, somente o método da ação direta pode reverter essa questão. Os trabalhadores da Multibrás demonstraram disposição de luta. No decorrer desta semana, diante da incerteza em relação as demissões, baixaram o nível da produção e cogitaram a possibilidade de não retornar ao trabalho, pois não viam sentido em voltar à empresa para depois serem demitidos. O que fez o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC diante desta disposição de luta? Procurou amortecer a luta. Nem mesmo organizou uma ocupação da fábrica, quando a Multibrás resolveu dar uma “licença remunerada” aos trabalhadores, com medo de suas reações diante da notícia de fechamento da fábrica, organizou uma assembléia na própria sede do sindicato (distante da empresa). Aliás, Marinho está ficando craque em menosprezar a disposição de luta dos trabalhadores: organizou os funcionários da empresa Inca, de Diadema, numa paralisação de um dia apenas e para uma reivindicação de miséria (reajuste de 10% e PLR).

Ao invés de organizar uma paralisação dos metalúrgicos de todo o ABC, organizou uma manifestação pacifista e distracionista. Marinho prefere negociar separadamente, fragmentando a luta. Tanto é assim que o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC fechou mais 25 acordos

com empresas da base. Desde o final do ano 2000, são 315 acordos fechados separadamente. Sendo que eles envolvem 31 mil metalúrgicos, fora os 35 mil das montadoras de São Bernardo do Campo. Ou seja, com uma categoria de aproximadamente 66 mil trabalhadores, o sindicato opta pela conciliação com os patrões quando deveria chocar-se com sua política de exploração, organizando um movimento classista que utilizasse o método da ação direta (greves, bloqueios, ocupações etc.).

### **A direção traidora do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC ajuda os patrões a explorar a categoria**

A direção do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC quebrou a resistência dos trabalhadores da Volkswagen de São Bernardo do Campo. A empresa queria que os metalúrgicos desta unidade seguissem o exemplo dos metalúrgicos de Taubaté e Vale do Paraíba e realizassem trabalho extra aos sábados em troca de migalhas. Como eles mantinham sua recusa, primeiro ela ameaçou cobrar as 2 horas de trabalho diário “não cumpridas” entre julho de 2000 a janeiro de 2001 (a jornada é “flexibilizada”, podendo variar de 36 a 42 horas semanais e, neste período, a fábrica operou com 40 horas; sendo assim, faltariam duas horas semanais para completar as 42 horas); depois, convocou os trabalhadores a comparecerem no dia 27/01 (sábado) para começarem o trabalho extra.

Em assembléia realizada no dia 31/01, entretanto, não foram mais necessários os ataques da empresa, a direção do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC fez com que 95% dos metalúrgicos presentes (cerca dos 11 mil) recusassem em sua posição de resistência e aceitassem a proposta da empresa. O resultado é que os trabalhadores da VW de São Bernardo do Campo irão trabalhar 5 sábados (a partir do dia 23/02) em troca de um mísero adicional de 50% na hora-extra, abono de R\$ 150,00 (pelos 5 sábados), adiantamento da 1ª parcela do 13º salário e sorteio de um carro. Além disso, a empresa fez a proposta de definir neste mês uma agenda de negociações, para discutir a PLR. Ou seja, não irá discutir nem mesmo reajuste salarial, somente a Participação nos Lucros e Resultados,

que nos primeiros quatro meses do ano passado serviu mesmo para completar os salários dos metalúrgicos.

A mesma postura a direção do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC apresenta em relação aos trabalhadores da General Motors de São Caetano. A empresa usa a mesma tática das VW: quer aumentar a produção de automóveis sugando ao máximo os trabalhadores nela empregados, isto é, explorando-os ainda mais. Por isso, a GM (com 8.500 funcionários) resolveu aumentar a jornada de trabalho desde o dia 27.01, de 40 para 44,5 horas semanais. Inicialmente, essa jornada seria mantida até 02.02, mas no dia 01.01, a empresa anunciou que, como as vendas aumentaram, irá mantê-la até o final de fevereiro. Com essa jornada de exploração, os trabalhadores estão produzindo 360 veículos a mais por semana.

A direção do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC não organiza a categoria para resistir as propostas de exploração das montadoras, que agem de maneira centralizada em nível nacional, para explorar os trabalhadores e demiti-los, quando lhes convém. Ao invés de potencializar a resistência dos trabalhadores da VW de São Bernardo do Campo e uni-los aos demais metalúrgicos do ABC, essa direção sindical promove o imobilismo e fragmenta a luta, levando à vitória dos patrões. Por isso, afirmamos a direção do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC é traidora. É traidora porque aceita a "flexibilização" da jornada de trabalho, ao invés de defender a escala móvel de horas de trabalho. É traidora, porque fecha acordo sobre adicionais de horas-extras e PLR e não levanta a bandeira da escala móvel de salários de acordo com o custo de vida. É traidora, porque negocia o adiantamento da 1ª parcela do 13º salário, quando este salário já pertence aos trabalhadores, isto é, a empresa está emprestando deles próprios para lhes pagar.

### **A direção do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo briga firme pelo posto de primeiro pelego**

Diante da possibilidade de fechamento da montadora Daimler Chrysler do Brasil e da decisão de sua matriz norte-americana de demitir 20% dos 26 mil

funcionários em todo o mundo, no prazo de 3 anos, a Força Sindical marcou uma manifestação para o dia 31/01. Felizmente a base reagiu. Os 250 trabalhadores decidiram entrar em greve. A Força correu atrás do Ministro do Trabalho e do Ministro do Desenvolvimento para promoverem uma reunião com a empresa.

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, ligado a Força Sindical, só negocia migalhas. Negociou com a Prada (fabricantes de latas da Zona Sul da Capital), a mudança da PLR de R\$ 600 para R\$ 804, para 1500 trabalhadores. Organizou um dia de greve dos trabalhadores da empresa Fechaduras Brasil, da Zona Leste, para conseguirem o pagamento da PLR de R\$ 150 em duas vezes. E os metalúrgicos ainda terão que compensar metade das horas paradas. Cantou vitória por ter conseguido que a Continental decidisse pagar para todos os 3 mil funcionários R\$ 207 de PLR, já que empresa queria pagar um valor bem menor para os funcionários da fábrica de fogões.

### **Condutores de São Paulo fazem greve em defesa de bandeira dos patrões**



Os empresários das empresas de ônibus de São Paulo têm negociado com a Prefeitura petista de Marta a volta dos subsídios, suspensos pelo prefeito Pitta. Marta aceita entregar aos capitalistas a diferença entre o valor da passagem (R\$ 1,15) e o custo apresentado pelos capitalistas (R\$ 1,56). Mas isso não contentou os exploradores, que atrasaram os salários dos funcionários para levá-los à greve. O sindicato, que está prestes a se filiar à Força Sindical, levantou a defesa da bandeira patronal de mais subsídios às empresas.

A nova direção pelega (eleita no final de 2000) fez os trabalhadores se

mobilizarem em defesa dos interesses patronais. O correto seria a greve pelas reivindicações dos trabalhadores, que devem ser atendidas com a redução dos lucros dos capitalistas. O episódio mostra a necessidade urgente de construir uma nova direção para os motoristas e cobradores de São Paulo, baseada na total independência política, organizativa e econômica da patronal e da prefeitura.

### **Fortaleza-CE Stop jeans: é preciso luta organizada para derrotar o patrão**

Na fábrica têxtil stop jeans é comum a exploração desenfreada sobre as costureiras e demais trabalhadores. O Salário de fome e miséria combina-se com a hora extra obrigatória de 1 real por hora trabalhada. A jornada de trabalho é estafante. Não fica por menos a cesta básica que não é repassada para quem falta pelo menos um dia de trabalho! Os vales transportes foram substituídos por lotação da empresa sem condições de transportar todo mundo. Até demissões começam a acontecer agora.

Os operários e operárias devem se organizar novamente em torno do sindicato. Denunciar implacavelmente o imobilismo do sindicato dos têxteis (dirigido pelo PT) e lutar para construção de uma fração revolucionária e um sindicato combativo. Sabemos que só a ação direta de massas (greves, mobilizações etc.) pode resolver os problemas, ao contrário da justiça burguesa.

### **Eleições metalúrgicas paulistas preservam burocracias de direita e reformista**

No dia 29/01, encerrou o prazo de inscrição de chapas para a eleição da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, que deverá ocorrer nos dias 19, 20 e 21 de fevereiro. Somente a chapa da Força Sindical se inscreveu, o que significa que ela continuará comandando o sindicato, sem ter que enfrentar uma chapa de oposição. Isso porque, entre a Força Sindical e a CUT há um pacto informal, onde a primeira não concorre às eleições no ABC e a segunda não concorre às eleições em São Paulo, pois ambas

entendem que a base dos adversários já está consolidada nestes locais sendo perda de tempo e dinheiro concorrer somente para marcar posição. Na verdade, existe um acordo para preservar o controle de ambas sobre suas bases.

Esse é o motivo mais aparente da ausência de disputas. Só que, na verdade, o problema é mais profundo e somente a observação do papel da CUT e da Força Sindical no movimento operário demonstra outra razão: as duas centrais não têm divergências de programa, não defendem princípios diferentes, à medida que pretendem reformar o capitalismo.

A própria Força declarou isso abertamente, ao informar que a “nova” direção do sindicato intensificará sua atuação na “área social” este ano. E não porque queira fazer frente à prefeitura petista de Marta Suplicy, que se elegeu com discurso de que esta área seria “prioritária”. A opção da Força Sindical, de acordo com Ramiro de Jesus Pinto (vice-presidente) está no fato do sindicalismo atualmente “ter um novo papel”, qual seja: lutar pelo “direito à cidadania”.

Em que consiste esta luta para a Força Sindical? De acordo com Ramiro: “Quando a pessoa está desempregada, todos viram as costas. Não é correto, nem justo auxiliar só aqueles que estão empregados. Se o trabalhador está sem emprego e morando na rua, significa que não teve oportunidade” (Diário Popular, 04/02/01). Neste sentido, trata-se de colocar em prática propostas como a de auxílio aos moradores de rua, a qual visa a organizá-los em cooperativas que realizem a coleta e venda de latinhas e papel destinados à reciclagem. Outra proposta é a construção de apartamentos para os trabalhadores através de cooperativas. O Sindicato dos Metalúrgicos comprará terrenos (a compra já está sendo efetuada) na zonas norte, sul, leste e oeste e administrará o processo, realizando, inclusive, pesquisas para estabelecer uma prestação com preço acessível aos associados e também definir a quantidade de imóveis, bem como o “parceiro” do negócio (Caixa Econômica Federal, CDHU ou empresas de habitações populares etc.).

A proposta de um “sindicato cidadão” também é defendida pela CUT. Nos vários sindicatos em que ela tem influência, estão sendo implementados

projetos de cooperativas habitacionais, planos de saúde privados etc. etc. Essas propostas são típicas do sindicato-empresa ou sindicato-assistencialista, ou seja, fazem parte da política do peleguismo.

### **O “sindicato cidadão” é o sindicato-assistencialista (pelego) e de conciliação de classes.**

O papel de uma direção sindical é organizar os trabalhadores para lutarem contra a exploração capitalista da força de trabalho. O sindicato-assistencialista (o sindicato pelego) ilude os trabalhadores de que é possível alcançar melhores condições de sobrevivência sem destruir o capitalismo e quando consegue migalhas tenta provar aos trabalhadores que agiu certo. Além de manter os trabalhadores na miséria, o sindicato-assistencialista (“cidadão”) reforça os valores corporativistas e individualistas. Ou seja, não unifica o movimento dos trabalhadores do mesmo setor ou de setores diferentes para responderem coletivamente aos ataques dos patrões e do governo, com uma greve conjunta, por exemplo, mas leva-os ao isolamento e busca “soluções” separadas para os problemas das mesmas.

### **O sindicato classista é o sindicato de luta. Luta da maioria explorada contra a minoria exploradora.**

O sindicato classista tem claro que os interesses dos capitalistas e dos operários são opostos e por isso não há como existir conciliação de classes. Os trabalhadores querem ganhar mais para poderem manter a si próprios e as suas famílias, os capitalistas querem lucrar mais e daí pagarem um salário de miséria. É por esse motivo que o sindicato classista não busca fazer acordos conciliadores com os patrões, mas se preocupa com os interesses dos operários e demais trabalhadores explorados.

O sindicato classista tem clareza de que os capitalistas têm o Estado ao seu lado, por isso não recorre a ele com a “intenção” de defender os trabalhadores. O Estado é burguês, é capitalista, sempre defende os interesses da burguesia, seja usando a lei, seja usando a força (aparato

policial e militar). Quem defende os interesses dos trabalhadores? Os próprios trabalhadores, através de sua organização sindical. Se a direção sindical nega a luta de classes, isto é, nega que existe diferença entre os capitalistas e os trabalhadores e aposta na possibilidade de conciliação, na verdade, ela está defendendo os capitalistas, pois a ausência do confronto mantém as coisas como estão: a favor dos capitalistas.

O sindicato classista alerta os trabalhadores que a exploração do homem pelo homem só irá acabar destruindo a sociedade de classe e construindo a sociedade comunista, o que se dará através da revolução proletária. Para concretizar a luta pelo comunismo, ou seja, para preparar os trabalhadores para a revolução proletária e construção do comunismo, o sindicato classista deve incorporar as reivindicações dos trabalhadores que se choquem com o capitalismo, isto é, deve combinar as reivindicações imediatas com aquelas que apontam para uma sociedade sem classes. Assim, os trabalhadores vão incorporando os valores coletivistas / comunistas. Na prática, por exemplo, não se trata de defender reajustes salariais mínimos, aqueles que achamos que o patrão pode aceitar, pois no fundo qualquer aumento para ele prejudica seus lucros. Um sindicato classista deve defender reajustes salariais que realmente sirvam para atender as necessidades dos trabalhadores e de sua família.

### **O sindicato classista se pauta pelo método da ação direta**

O sindicato classista não alimenta a ilusão em relação as formas de luta burguesas, institucionais (parlamento) etc., que contam com a interferência do Estado burguês e dos capitalistas. Recusa qualquer tipo de participação em organismos, fóruns de discussão e projetos governamentais e empresariais. Defende sim o método da ação direta (greves, ocupações, bloqueios, manifestações de rua etc.). O método da ação direta é próprio dos trabalhadores e os coloca contra a exploração capitalista e seu Estado. Ou seja, prepara os trabalhadores para a revolução proletária. Quaisquer outros métodos de luta devem estar subordinados à ação direta.

# A crise capitalista tem de ser enfrentada com luta unitária

Os dados da economia norte-americana dos últimos meses têm indicado as tendências recessivas presentes em sua economia. Trata-se do esgotamento dos mecanismos utilizados durante a última década que permitiram à maior economia do planeta sustentar seu crescimento em meio a uma economia mundial estagnada. O endividamento da população ultrapassou seu limite e o mercado mundial não tem mais capacidade de absorver o crescimento relativo das exportações ianques em detrimento do recuo da participação de outros países.

A redução das taxas de juros promovida pelo Banco Central ianque foi recorde no último mês, caindo um ponto percentual. O novo governo Bush tem insistido na necessidade de reduzir os impostos sobre os capitalistas, a fim de estimular os lucros. Não há prognósticos no sentido de que essas medidas consigam reverter as tendências recessivas, mas pretende-se tornar menos traumático o choque da recessão, realizando a chamada "aterrissagem suave" da economia.

Os sinais das tendências recessivas estão nas quedas das encomendas do comércio para a indústria no último trimestre de 2000, na redução do nível de emprego, no anúncio do fechamento de fábricas em diversos pontos do planeta. A Chrysler puxa a fila, com o fechamento de diversas unidades, dentre elas a brasileira.

A certeza da recessão na maior economia do planeta e único bastião contra a estagnação mundial implica em fortalecimento das tendências ao agravamento da crise econômica principalmente nas economias que têm se tornado cada vez mais dependentes dos investimentos estrangeiros, como o Brasil.

Já se podem sentir essas tendências por aqui, com o fechamento de fábricas,

como a Multibrás, de São Bernardo do Campo-SP (fabricante da Brastemp e Consul), que vai concentrar suas atividades na unidade de Santa Catarina, e nas listas anunciadas de demissões na indústria automobilística, que enfrenta a redução das vendas e uma grande ociosidade produtiva.

Os capitalistas se preparam para enfrentar o agravamento da crise econômica, preferencialmente criando mecanismos para descarregá-la sobre os assalariados. Mas os assalariados encontram-se organizativa e politicamente despreparados para lutar contra a ofensiva burguesa.

Comprova-se isso com o caso dos metalúrgicos da Brastemp (Multibrás). Diante do anúncio de demissões de todos os operários, a direção do sindicato (Marinho, da CUT) reuniu os trabalhadores em assembléia e não propôs nenhuma medida de luta contra a direção da empresa. Ao contrário, propôs aos trabalhadores que apoiassem sua ida ao governador Mario Covas para pedir-lhe que ajude com algum subsídio a empresa para que essa possa continuar superexplorando os operários em São Bernardo, sem reduzir seus lucros, apesar do agravamento da crise. Ou seja, colocou-se como um aliado dos capitalistas ao governo. Essa medida não preservará os empregos e ainda favorecerá os exploradores.

O mais grave é que não se trata de um caso isolado. Há uma tendência geral de demissões no setor metalúrgico, o que também implicará em demissões em outros setores. A tarefa imediata é a organização de um movimento geral unitário de todos os metalúrgicos para enfrentar com a greve geral e a ocupação das fábricas os capitalistas e exigir a garantia do emprego e salário de todos. Que os capitalistas arquem sozinhos com o peso de sua crise.

## A tendência da crise econômica se manifestará na crise política

Com as tendências ao agravamento da crise econômica, os capitalistas buscam se proteger da quebradeira anunciada. Os bandos capitalistas que dirigem o Estado burguês começam a aumentar seus atritos em defesa de seus interesses e sobrevivência.

Temos visto no Brasil como os partidos burgueses têm aumentado suas disputas pelas fatias do poder, para manejarem o orçamento público e a política econômica em seu favor. A recente disputa entre PSDB, PFL e PMDB pelo controle do parlamento apodrecido é um sintoma disso.

Tudo indica que a crise política deve se agravar. Significa, para os explorados, que os exploradores estarão mais divididos no próximo período, portanto mais enfraquecidos para enfrentar os movimentos dos explorados. É uma situação em que objetivamente está mais favorável a realização da luta unitária dos oprimidos.

Mas as direções do movimento se colocam no sentido oposto. Os dirigentes das organizações de massa colocam-se por ajudar a formular propostas de contorno da crise, que passam necessariamente por alguma perda para os assalariados.

É preciso organizar desde as bases as assembléias e plenárias, a aprovação da unificação de assembléias, pautas e comandos de base, para por em pé um movimento nacional de combate às medidas antinacionais e antipopulares do governo FHC e seus aliados. Tudo isso passa pela crítica implacável das posições de conciliação de classe no interior do movimento, tarefa que cabe ao partido revolucionário.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskyista. Discuta nosso programa.

**CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO**

# Fórum Social Mundial: mistificação reformista

Os reformistas do PT, aliados a organizações social-democratas européias, articularam o Fórum Social Mundial, com o objetivo de apresentar alternativas ao Fórum Econômico Mundial (Davos). Mistificam com a idéia de uma reforma no sistema econômico mundial. Falam em nome de uma nova ordem mais justa e humana. A máscara da humanização do sistema de exploração do trabalho e de opressão nacional de uma minoria de potências sobre a maioria dos países atrasados serve para acobertar o domínio imperialista.

O Fórum Econômico Mundial de Davos (FEM) é uma organização das multinacionais, do capital financeiro e das potências. Não tem outra função senão tornar público decisões tomadas nos bastidores ou então verificar os conflitos latentes entre as frações do capital imperialista, de forma a transpirar os seus interesses. Via de regra, constitui um jogo retórico dos representantes do grande capital, frente à anarquia econômico e financeira do capitalismo em decomposição.

O tema da “globalização”, que tem sido insistentemente colocado, constituído no ponto alto das manifestações em Seattle (2000), corresponde a outro aspecto da mistificação burguesa e pequeno-burguesa. Trata-se da falácia de que houve uma revolução tecnológica, nas duas últimas décadas, que provocou uma mundialização produtiva, comercial e financeira. E que, segundo os pretensos reformistas da ordem mundial, provocou um distanciamento entre os países ricos e os pobres. Tratar-se-ia, portanto, de uma contradição solúvel no interior do sistema mundial capitalista. A revolução tecnológica foi um grande avanço, mas aproveitada por uma minoria de países e pessoas. Assim, a inevitável “globalização” pode dar seus frutos caso as novas tecnologias e seus resultados econômicos sejam equitativamente distribuídos. Em relação ao capital financeiro, a tarefa consiste em regulamentá-lo para que de capital especulativo se transforme em capital produtivo. Acontecendo isso, os países atrasados (classificados de “em desenvolvimento”) poderiam colher frutos da “globalização” e poderiam diminuir a distância entre as nações e serem “humanos” (evidentemente não falam em classes sociais).

A verdade é que há muito a tecnologia está em contradição com o sistema de propriedade privada dos meios de produção, altamente concentrados em monopólios, oligopólios, trustes etc e com as fronteiras nacionais. Corresponde à contradição entre as forças produtivas altamente desenvolvidas (tecnologia e força de trabalho) e as relações capitalistas de produção na fase imperialista. Essa lei contraditória de funcionamento do capitalismo precipita todo o sistema em agudas crises. Tivemos duas grandes guerras mundiais, incessantes guerras localizadas, revoluções e contra-revoluções. Esses acontecimentos expressam a decomposição do sistema capitalista de produção, justamente por não poder superar o choque entre as forças produtivas potencializadas, que não podem continuar seu progresso sob a forma da propriedade privada dos meios de produção e da exploração do trabalho. A centralização e concentração da tecnologia nas mãos de poucos países e de monopólios são engendradas pela lei da exploração do trabalho e domínio imperialista, portanto pela lei da acumulação de capital. O sistema capitalista é mundial por essência. Se se quer falar em globalização, esta se impôs já há séculos. O que se deve ter em conta hoje é que o sistema mundial capitalista já não pode manter o desenvolvimento das forças produtivas e tende a destruir parte delas, por intermédio de recessão, quebraadeiras, guerras, incluindo o desemprego tecnológico e o confinamento da tecnologia a alguns ramos da produção, controlados pelos monopólios.

Não é por acaso que o denominado Fórum Social Mundial (ou anti-Davos) foi considerado uma boa iniciativa por setores da burguesia. Serviu para expor reclamações da pequena-burguesia desesperada com a crise e de frações burguesas pressionadas pela desnacionalização, perda de mercado e ameaçada de quebra. Os reformistas do PT, fazendo coro com ONGs, clamaram por ambientalismo, qualidade de vida, globalização equitativa, diminuição da distância entre países ricos e pobres, acesso à tecnologia, auxílio aos países pobres, proteção contra os especuladores e criação de emprego. A idéia do PT, ONGs, Igreja e burocracia sindical é de ter uma alternativa para conter o capital especulativo, direcioná-lo para a produ-

ção, enfim, ordenar a anarquia capitalista e humanizar o capitalismo. É do interesse de uma parcela da burguesia semicolonial brasileira lamentar os privilégios das potências que se tornam cada vez mais protecionistas e exigem das semicolônias cada vez mais liberalismo econômico. É nesse sentido que se propagandeou que o Fórum Social Mundial de Porto Alegre deveria ser um instrumento de diálogo com o de Davos. O que excluiria manifestações violentas do MST contra as multinacionais da agroindústria e banqueiros. A utopia pequeno-burguesa de convencer o Comitê Mundial do capital imperialista a se tornar sensível à humanidade, respeitar os limites da natureza e promover a cooperação entre os povos se mostra completamente reacionária.

É preciso colocar claramente que o capitalismo em decomposição impõe a barbárie do desemprego, subemprego, do emprego informal, da pobreza generalizada das massas, destruição de parte das forças produtivas, maior saque das nações oprimidas e guerras. O proletariado rechaça a defesa de qualquer reivindicação de uma fração da burguesia contra a outra. Levanta um programa revolucionário de destruição do capitalismo. As bandeiras antiimperialistas e as democráticas que expressam necessidades dos oprimidos, como terra aos camponeses, conjuntamente com as reivindicações econômicas dos explorados, são alavancas para fortalecer a luta de classes e permitir ao proletariado dirigir a maioria oprimida para expropriar a burguesia. Não se pode lutar contra a opressão imperialista sem se defender a fundo as reivindicações econômicas dos trabalhadores, como emprego e salário. Os reformistas burocratas, em nome de um capitalismo mais humanizado, rechaçam a luta de classes e soterram as reivindicações que colocam os oprimidos em pé de guerra contra os capitalistas. Utilizam a demagogia humanitária para obscurecer os olhos dos explorados e atraí-los para os conflitos interburgueses. Denunciamos a farsa anti-Davos e levantamos a tarefa de pôr em pé uma frente única antiimperialista nos países semicoloniais e a frente única proletária nos países imperialistas. Defendemos a unidade mundial do proletariado sob a bandeira da revolução socialista mundial.

# Crise na aliança governamental

A disputa entre PFL e PSDB/PMDB pela presidência da Câmara e do Senado é um indicador do esfacelamento da aliança governamental. Tem a ver com as eleições presidenciais de 2002. É provável que não subsista a coligação PSDB/PFL/PMDB que sustentou dois mandatos do governo FHC. Certamente, não se trata de algo definitivo. Mas a probabilidade é que a atual aliança se arrebeunte por completo, em função do esgotamento do governo FHC.

A aliança dos três grandes partidos da burguesia ocorreu em função da imposição do imperialismo, que exigiu a continuidade do plano "neoliberal", iniciado no governo Collor. E também devido a necessidade de barrar a possibilidade do PT chegar preternaturalmente ao poder.

Os dois mandatos da aliança foram marcados pelo crescimento da subserviência do país ao imperialismo. As consequências: incremento da dívida, maior desnacionalização, política financeira antinacional, alta do desemprego, arrocho salarial a totalitarismo contra os movimentos sociais. A quebra do Plano Real, a estagnação econômica, o comprometimento maior do orçamento da União com o pagamento das dívidas interna e externa, o desequilíbrio na balança comercial, maior vulnerabilidade da economia nacional perante a crise mundial e o empobrecimento das massas constituem o quadro de falência política da aliança PSDB/PFL/PMDB.

Chegou o momento desses partidos construírem novos alinhamentos para continuarem a enganar as massas oprimidas e impedirem o crescimento eleitoral do reformismo petista, agora mais adaptado à política burguesa e assimilável pelos poderosos grupos capitalistas.

A aspiração do PFL é a de comparecer nas próximas eleições com candidatura própria. O mesmo se passa com o PMDB, que já nas eleições passadas ficou dividido entre manter a aliança em torno de FHC ou lançar a candidatura de Itamar Franco. O PSDB pretende contrair nova aliança para não ser aliado do poder. E tudo indica que seu ponto de apoio terá de ser o PMDB, de onde se originou.

Os dois grandes partidos oligárquicos são exatamente o PFL e PMDB, que têm raízes na formação partidária da burguesia nacional. A disputa em torno das presidências do Parlamento indica uma etapa de preparação de um novo realinhamento de forças. Isso não indica que haja uma mudança substancial na política burguesa. Trata-se da velha concorrência interbur-

guesa.

Sem dúvida, o esgotamento da política econômica de FHC tem dado lugar a divergências quanto ao grau de submissão do Brasil às diretrizes do imperialismo. Mas se trata apenas de grau, uma vez que todos os três partidos da aliança estão comprometidos com o domínio externo do país.

O PT e seus aliados têm participado do jogo da oligarquia partidária. Sua tática de ora apoiar um ou outro partido da aliança, com a idéia de se utilizar da desintegração da aliança, indica o quanto o reformismo se estruturou como oposição burguesa. As negociações em torno do apoio ao candidato do PFL para a presidência da Câmara Federal ou mesmo ao do PSDB demonstra o quanto está adaptado ao quadro da oligarquia partidária. Põe em prática sua estratégia de democratização do Estado burguês. Como oposição minoritária, funciona de pêndulo nas disputas interburguesas. Concretiza a política orgânica de assegurar o funcionamento do Parlamento, embora este seja oligárquico e reacionário.

Os atritos entre o PFL e PSDB/PMDB trouxeram à tona a denúncia de corrupção de ambos os lados. Antônio Carlos Magalhães fez ampla denúncia do gangsterismo de Jades Barbalho (candidato do PMDB à presidência do Senado); por sua vez, Barbalho requeixa as velhas denúncias de gangsterismo de Antônio Magalhães (PFL). Quanto ao PSDB, Antônio Magalhães acusa FHC de ter conhecimento da corrupção que envolveu seu principal auxiliar, Eduardo Jorge. FHC manda o aviso de que o PFL faz parte do governo e tem

## Trabalho informal indica a decadência do capitalismo

A Fundação Sistema Estadual de Dados (Seade) mostra que "a taxa de informalidade cresceu de 36,3% para 48,8% de 1990 a 2000." "Cerca de 51,3% dos pobres brasileiros estão em família chefiada por trabalhadores informais." (*Estadão*).

O trabalho informal significa que o trabalhador não tem carteira profissional.

Consequência: não tem direito trabalhista algum e quando velho (os que atingirem a velhice) não poderá se aposentar. São milhões nesta condição.

A informalidade reflete a decadência do capitalismo. A burguesia já não pode manter os empregos formais e cada vez mais aumentam a taxa de exploração, a ponto de

vários cargos. Ameaçou-o no que há de mais caro aos oligarcas: perder cargos no governo, de onde sai a força eleitoral. Toca em seu fisiologismo.

É um mar de lama. No entanto, os éticos do PT não se negam a fazer negociações com os gângsters da burguesia. Os trabalhadores devem abrir os olhos contra os partidos da burguesia e o PT, hoje totalmente comprometido com o regime capitalista de exploração e opressão de classe. A tarefa é lutar contra o governo burguês, corrupto e entreguista. Colocar nas ruas as reivindicações econômicas, democráticas e antiimperialistas em oposição aos partidos burgueses, ao parlamento e ao governo. As crises interburguesas devem ser aproveitadas pela classe operária e camponeses para impor o método da ação direta e suas bandeiras.

## Novas manobras do reformismo

Já tínhamos fechado esta edição quando o PT decidiu lançar candidatura própria para a presidência da Câmara dos Deputados. Ocorre que sua bancada se dividiu entre apoiar Inocêncio, do PFL, ou Aécio, do PSDB. A cúpula dirigente, inclusive Lula, pendia para Aécio. O lançamento da candidatura petista não passa de uma manobra para manter a unidade frente à disputa dos três partidos da coligação FHC. O fato é que a sina do PT é seguir um dos grandes partidos oficiais, dependendo da circunstância. O PT não tem como ter completa independência política e ideológica dos partidos burgueses, uma vez que sua política é uma variante do ideário capitalista.

destruir conquistas sociais elementares.

Os burocratas sindicais dizem que os sindicatos estão sendo esvaziados devido a informalidade. Falso. Estão sendo esvaziados porque não têm servido de organização da classe operária e têm colaborado com a diretriz de "flexibilização do trabalho".

Nossa bandeira é de recuperar os empregos, exigir a assinatura da carteira, unir empregados e desempregados. Assim recuperaremos também os sindicatos para os trabalhadores.

A resposta ao capitalismo decadente é uma só: soterrá-lo pela revolução proletária e edificar o comunismo, sociedade sem classe.



## O MODO PETISTA DE GOVERNAR – Nº 3

# O PT aposta em parcerias para “tirar a cidade do caos”

A prefeita Marta Suplicy atacou o Presidente FHC durante entrevista no Palácio das Indústrias, afirmando que o nível de violência e desemprego na cidade de São Paulo é alto, por causa da política econômica aplicada pelo governo federal, que não cumpriu sequer as promessas dos cinco dedos (educação, saúde, trabalho, segurança e habitação). Em troca, o presidente afirmou não ter obrigação de cumprir promessas feitas pela prefeita.

O que está por trás desta polêmica? A proposta de governo de Marta Suplicy está baseada em parcerias com os governos estadual e federal e com o setor privado. A prefeita petista se elegeu com o discurso de que seria possível implementar seus projetos por meio destas parcerias e assumiu o governo do município com a certeza de que estas parcerias ocorreriam. De onde vinha (ou vem) esta certeza de Marta? Dos acordos estabelecidos com o PSDB durante o segundo turno das eleições. Ou seja, o PT não tem dúvidas sobre sua disposição em colaborar com o partido de FHC e acreditou que este último também não teria. Daí o espanto e a ira de Marta diante da atitude do rompante de “sinceridade” de FHC, que em outras palavras quis dizer: “não tenho acordo com vocês”.

Como o governo do PT está amarrado às parcerias com o PSDB, Marta “engole” as críticas de FHC e corre atrás de Covas / Alckimin. Conseguiu um acordo com o governo estadual para implantar o programa Renda Mínima, começando o cadastramento em março e que deve atender cerca de 60 mil famílias de baixa renda (número que não beneficia sequer as famílias que ganham até meio salário mínimo, cerca de 165 mil só na capital, segundo Márcio Pochmann, Secretário Municipal Extraordinário do Trabalho). Em troca apoiará a municipalização do Ensino Fundamental na capital, uma medida imposta pelo Banco Mundial.

Além disso, o governo estadual lhe concederá R\$ 180 milhões para serem investidos em segurança, habitação e obras contra enchentes. Esta verba con-

siste num pacote fechado, onde já está definido o valor de investimento em cada setor. Para o segurança, o Estado destinou R\$ 40 milhões para a construção de 6 Centros de Detenção Provisória, os cadeiões, a prefeitura deverá ceder os terrenos. Para a habitação, foram destinados R\$ 100 milhões para a construção de 4,5 mil casas populares, a prefeitura neste caso também deverá entrar com os terrenos. Para o combate as enchentes, o governo do estado determinou R\$ 40 milhões para a construção de 5 piscinões na bacia de Pirajussara, a prefeitura deverá ceder os terrenos e arcar com as obras. Alguns secretários petistas questionaram não a parceria, mas a construção dos cadeiões. Alegam que o “correto” seria o investimento no programa de renda mínima, na educação, como medida preventiva, numa plena política do “educar hoje para não ter o bandido amanhã”. Outras parcerias estão sendo estabelecidas, tal como a ronda conjunta da Guarda Civil Metropolitana e da Polícia Estadual nas escolas.

O Banco do Brasil também poderá fazer parceria com a prefeitura, fornecendo cartões magnéticos para que as famílias incluídas no programa Renda Mínima saquem suas “fortunas” em caixas eletrônicos. A reunião do dia 03 de fevereiro, o BB fará possíveis parcerias na área da Educação e no Banco do Povo. Marta saiu satisfeita da reunião levando um cheque simbólico de 447 cestas básicas do Comitê de Cidadania dos Funcionários do BB.

Como já vínhamos alertando, o PT está atrelado ao Estado burguês e que seu reformismo tende a se transformar em uma política pró-imperialista. Esta caracterização está sendo comprovada na prática. Pois, o PT, além de participar do Estado burguês, ainda faz acordo e adota a política do PSDB neoliberal.

Se não bastasse estabelecer parcerias com os governos do PSDB, que atende à burguesia, Marta ainda faz parcerias diretamente com as empresas privadas para acobertar o desemprego. No último dia 29 de janeiro, fechou uma parceria com o Sebrae, que preten-

samente “beneficiará” os trabalhadores da Zona Leste que tenham “capacidade” de criar uma microempresa. O Sebrae ajudará a implantar também o Banco do Povo, uma central de microcrédito popular, também para a Zona Leste.

Batizada como Rainha dos Pedintes, Marta apela até para os empresários da moda que desfilavam suas grifes no São Paulo Fashion Week, que ocorreu no dia 1º de fevereiro no pavilhão da Bienal do Ibirapuera, para que colaborassem com a confecção de camisetas para o Projeto Belezura. Estas camisetas seriam vendidas e o dinheiro destinado ao projeto, criaria um “espírito de solidariedade” entre os paulistanos (só se for os que têm dinheiro).

Por último, Marta apela até para representantes do imperialismo internacional, como mostrou sua reunião com o cônsul-geral do Japão, Yuzo Sekigawa que, representando instituições financeiras japonesas, teria interesse em investir na reforma administrativa, informatização dos serviços públicos e formação e desenvolvimento profissional dos servidores municipais. Segundo Jorge Mattozo, secretário municipal de Relações Internacionais, representantes das instituições financeiras japonesas e da prefeitura se reunirão dia 02 de fevereiro, para iniciar as negociações.

Diante de tudo isto, o POR reafirma sua posição: o reformismo do PT tende a se transformar em uma política pró-imperialista. O governo de Marta aponta para a abertura de um novo ciclo: o PT não faz mais “oposição” reformista ao governo neoliberal do PSDB, mas assimila seu modo de governar. E caminham juntos para atender os interesses dos capitalistas nacionais e imperialistas, deixando os trabalhadores à mercê da burguesia. Sua máscara de representante dos trabalhadores está caindo.

Denunciamos o reformismo capitulador com o objetivo de alertar a classe operária e demais explorados para a necessidade de construir o Partido Operário Revolucionário e se emancipar do domínio da política burguesa.

## PT vota contra reajuste automático

A hipocrisia dos reformistas é sem-limite. O PT reclama das Medidas Provisórias (MPs), um instrumento do Executivo para impor suas diretrizes a despeito do parlamento. Chega ao ponto de admitir a farsa oposicionista do PFL às MPs. Entretanto, a bancada parlamentar petista não se cansa de votar contra ou a favor da MPs. Tudo em nome da santa democracia dos exploradores.

Na quarta-feira, dia 7, votou-se a MP referente a medidas complementares ao Plano Real. Estas foram editadas em 1994 e só agora homologadas pelo Congresso na forma de MP. O que diz? Extingue a correção monetária e proíbe reajustes automáticos dos salários. Essa MP é

uma das peças do Plano Real que instaurou o arrocho salarial sob o governo FHC.

Vejamos o que relata a imprensa: "A oposição fez discursos contra a MP, mas votou a favor." "Não votamos contra porque as conseqüências seriam graves, afirmou o ex-líder do PT e candidato a presidência da Câmara, Aloizio Mercadante" (Folha/SP). Como se vê, o governo sustentou por muito tempo a MP sem que houvesse votação. O Parlamento submisso aguardou anos para votar a MP. Isso se tratando do funcionamento do Parlamento, que não passa de fantoche do Executivo. De vez em quando o fantoche faz alguns atos de desobediência só para tornar a pantonima mais atra-

ente.

Mas o essencial é que essa MP consagra o tremendo arrocho salarial.

Amanhã, os petistas vêm com o lenga-lenga de incluir os excluídos, de acabar com a miséria, de conquistar a cidadania etc.

Tem gente que acredita que se trata de uma tática conjuntural. Outros amenizam a conduta do PT com a idéia de que se trata de algumas incoerências. Nada disso. O PT serve aos interesses do capital contra o trabalho. O reformismo está fadado a fracassar nos seus propósitos de justiça, igualdade, inclusão, cidadania e outros conceitos do ideário burguês. Quanto mais se envolve com o Estado, mais capitalista e opressor se torna.

### Professores-SP

## Calendário de lutas da CNTE: O governo esmaga - A burocracia assopra

Há vários anos o governo tem ido fundo na aplicação da política neoliberal. Uma política pautada em medidas antinacionais antipopulares, exigida pelas potências imperialistas, que resultam em conseqüências nefastas para a vida das massas.

No que diz respeito à educação, essas medidas significam demissão, arrocho salarial e destruição da escola pública. O objetivo é cumprir os acordos firmados com os organismos internacionais pró-imperialistas, que exigem redução nos gastos públicos para que o dinheiro seja colocado nas mãos dos credores internacionais. Além disso, qualquer manifestação dos trabalhadores que ameace essa política, a resposta tem sido a repressão governamental. Nada de atender as reivindicações das massas.

Em contrapartida, frente a essa política esmagadora, a burocracia sindical, orientada pela linha refor-

mista eleitoreira do PT, não tem feito outra coisa a não ser se colocar no campo da democracia burguesa e do pacifismo servil. Favorável à política conciliadora de não enfrentamento com o governo, rejeita os métodos próprios de luta dos trabalhadores, a ação direta. Limita-se em propor movimento que não inibe em nada o governo. São marchas, atos públicos, abaixo-assinados, plebiscitos, aulas públicas, pressão parlamentar etc. O que tem deixado o governo à vontade para impor suas reformas destruidoras.

Pelo que tudo indica, no que depender da burocracia sindical, as coisas não serão diferentes para esse ano. Basta considerar o então "Calendário de lutas para 2001", da CNTE. Vejamos o que ele propõe: 1) "Realização da II Semana Nacional em Defesa da Promoção da Educação Pública de 2 a 9 de abril, com um dia de paralisação; 2) II Marcha Nacional em defesa da Pro-

moção da Educação Pública com início em agosto; 3) Participar no grito dos excluídos, dia 7 de setembro". Estão aí as principais propostas de mobilização da CNTE.

Como se vê, a linha pelega e traidora é mantida pelos burocratas. Nada de novo, nada de luta contra o governo entreguista. Tudo continua do jeito que o imperialismo e o governo querem.

Quanto aos professores, pais, alunos e demais trabalhadores, para se contraporem aos ataques dos capitalistas as suas condições de vida, não resta outra saída a não ser levantarem num luta unitária passando por cima da burocracia sindical traidora, utilizando-se do método da ação direta. A convocação de assembléia para que os trabalhadores, de forma organizada, possam decidir sobre as propostas de combate à política de destruição da educação pública e da vida dos oprimidos.

Letras/USP

# PSTU aceita o ranqueamento perverso, mas se contrapõe à luta unitária dos estudantes

Reproduzimos abaixo boletim “Na Letra da Luta”, de 07/02/01.

## **A realização do ranqueamento é uma derrota de todos os estudantes e não só dos de menor média geral**

A administração da FFLCH conseguiu realizar a inscrição para o ranqueamento do ciclo básico de 2000. Com isso, **dividiu os estudantes** entre os que conseguiram e os que não conseguiram as vagas nas habilitações desejadas, de acordo com a média ponderada das disciplinas cursadas no primeiro ano. Pelo segundo ano seguido, conseguiu impor a **adaptação do curso à falta de professores**, sacrificando a vida escolar de centenas de alunos, parte dos quais acabará abandonando o curso. Outra parte fará apenas o Português ou outra habilitação que não deseja.

Aqueles que conseguiram as melhores médias ainda terão de enfrentar o problema da **falta de professores**, que leva à **extinção de disciplinas e horários e à limitação de vagas**. A cada matrícula de semestre perceberão a dificuldade, pela falta de vagas, em cursar as disciplinas necessárias. É por isso que dizemos que **TODOS** perderam com a vitória do ranqueamento. Porque é a vitória de um mecanismo de sucateamento do curso, que o adapta à falta de professores e à política governamental de corte de gastos públicos nos serviços sociais em benefício do parasitismo financeiro.

## **A divisão enfraquece os estudantes**

A administração da FFLCH (burocracia universitária) impôs autoritariamente a **divisão dos alunos** pelo ranqueamento. A instituição de alunos de 1ª e 2ª classes **impede a unidade** dos estudantes, enfraquecendo-os. A **unidade é o que pode nos dar força** para desafiar o poder da autoridade burocrática e defendermos o curso.

Por isso, ainda no ano passado, na primeira reunião da nova diretoria eleita, propusemos a **convocação dos estudantes para uma assembléia** antes da inscrição do ranqueamento, e que a **diretoria defendesse a realização de um boicote** a

essa inscrição, uma inscrição paralela do Caell, a **matrícula de todos nas habilitações desejadas** e a **entrada nas salas de aula** das respectivas disciplinas de acordo com as necessidades dos estudantes e não de acordo com as vagas determinadas pela burocracia universitária.

## **A polêmica ao redor do boicote no interior da diretoria do Caell**

Desde a primeira reunião da diretoria, a proposta de boicote encontrou **resistência** de uma parcela da chapa “Unidade na Diversidade”, mais precisamente o PSTU. Estes diziam que o ranqueamento já estava consumado e só restava fazer uma inscrição paralela, uma reunião com os que não conseguissem as vagas e uma campanha para que pudessem ser matriculados nas habilitações desejadas. No entanto, essa resistência à organização da luta unitária nunca foi totalmente conseqüente.

Nessa primeira reunião, a decisão da diretoria, por “consenso” foi o envio da carta convocando os estudantes para a assembléia, defendendo o boicote.

No entanto, na primeira reunião durante as férias, em 15/01, quando apresentamos a proposta da carta aos estudantes, novamente se abriu a discussão sobre o boicote. Exigimos então que se fizesse uma votação na diretoria para se formalizar a posição da maioria. Por incrível que pareça, o PSTU se opôs a que a diretoria tomasse posição antes da assembléia, na carta. Perderam esta votação (10 a 3). Membros da chapa “Unidade na Diversidade” formularam e reformularam uma dezena de vezes a proposta oposta ao boicote, acabando por votar apenas sim ou não a ela. Resultado: empate (8 a 8). Nova discussão e nova votação. Resultado: unanimidade em favor do boicote. Registramos que essa unanimidade era falsa, porque havia na diretoria uma parcela que era contra o boicote, mas não se apresentava de forma clara.

A reunião seguinte decidiu pela forma da carta a ser enviada aos alunos.

Novamente, o PSTU apresentou divergência em relação ao boicote, mas acabou votando em favor da carta que o defendia, apresentando emendas a ela, uma delas rejeitada.

Às vésperas da assembléia de 30/01, a chapa “Unidade na Diversidade” anunciou que mudara de posição e que seria contra o boicote.

## **O que aconteceu nas assembléias da manhã e noite**

O boletim da chapa “Unidade na Diversidade”, apresentado nas assembléias de 30/01, tem como título: “O ranqueamento é perverso, mas o boicote é um equívoco”. A primeira linha afirma: a aprovação do boicote foi apresentada como decisão de “maioria” e “durante as férias”. Falso. A decisão foi tomada em **dezembro** sem oposição de nenhum dos diretores presentes, e formalmente votada nas férias por **unanimidade**.

A posição apresentada é a de que a proposta de boicote é um equívoco. Os argumentos são a falta de preparação anterior, o convencimento de uma parte dos estudantes, pelos professores, em favor do ranqueamento e a falta de confiança na direção do Caell, por causa das brigas e divisão no ano passado. E a proposta é a inscrição paralela e uma campanha pela matrícula dos excluídos nas habilitações desejadas. O “diálogo” com os professores e a votação da entrada em sala da minoria são o meio para garantir que todos entrem nas aulas desejadas.

Primeiro, a oposição a uma medida de força e união dos estudantes e a aceitação do ranqueamento coloca seus defensores objetivamente numa frente com a direção da faculdade pela divisão dos estudantes. Segundo, dá expressão política aos setores mais atrasados, individualistas, que têm vaga assegurada pelo ranqueamento e não querem arriscá-la na defesa dos colegas e do curso. Terceiro, reforça a desconfiança dos estudantes no Caell, pois apresenta a diretoria dividida e uma proposta baseada na divisão dos estudantes. Quarto, pro-

põe-se a organizar uma campanha pela parcela excluída, provavelmente minoritária, pela alta evasão consumada em 2000. E o que propõe? “Dialogar” com os professores. Na prática, haverá os que não vão ceder aos dons de retórica da direção do Caell e outra que até que cederia aos encantos do discurso, mas não vai ousar enfrentar a outra parcela de professores resistente. E quanto à votação da entrada ou não dos colegas em classe? Será que a maioria em sala vai confrontar o professor para defender a minoria que vai superlotar a sala? E se a maioria votar pela não entrada dos excluídos? Vamos aceitar a exclusão? Esta proposta contém o maior problema, porque coloca lado a lado, em termos de decisão, o aluno que participa do movimento e quer defender coletivamente o curso com aquele que só pensa em si mesmo e não move uma palha por ninguém, jamais vai a uma assembleia. A democracia estudantil, que se expressa fundamentalmente nas assembleias, é a democracia ativa dos que se mobilizam.

### **A importância da defesa do boicote**

O fato de haver pouca gente nas assembleias, num total de 40, somando a

manhã e a noite, não quer dizer que os estudantes tenham esta ou aquela posição. O importante é que conseguimos reunir gente (ainda que durante as férias) para discutir uma medida de luta contra a imposição autoritária do ranqueamento. O Caell deveria apresentar aos estudantes a medida que permitiria a sua unidade e o combate efetivo à exclusão de alunos e sucateamento do curso. Os

### **Depois... mais divisão, não!**

Na primeira reunião após a assembleia e a inscrição do ranqueamento, o PSTU propôs fazer um recurso do CAELL apenas com os 106 alunos que não conseguiram a habilitação desejada, de um total de 610 que fizeram a inscrição da Faculdade e de um total de 457 que fizeram a inscrição paralela do centro acadêmico.

O “Na Letra da Luta” se opôs e propôs a inscrição de todos os 457 alunos, pois o contrário seria aceitar novamente a divisão imposta pela direção da faculdade.

O PSTU tentou manobrar jogando a decisão para uma assembleia na primeira semana de aulas. A assembleia está em contradição com a política de movimento de minoria. A proposta conse-

alunos poderiam preferir outra medida ou rejeitar a do Caell. Mas a diretoria não poderia dizer que não é possível lutar e vencer, e que só resta preparar a luta do próximo período. Isso aumenta a desconfiança dos estudantes sobre o CA e enfraquece o movimento estudantil.

Votar pelo boicote significou a defesa da unidade estudantil e da luta contra a divisão e o autoritarismo da burocracia universitária.

quente com a linha divisionista seria uma reunião com os excluídos.

A assembleia foi imediatamente aceita, porém a diretoria deveria votar uma posição e organizar uma passeata de alunos para entregar a inscrição de todos os alunos e uma pauta de reivindicações à diretoria. O PSTU se opôs à passeata.

Votação das propostas: venceu a inscrição coletiva e a passeata, a serem levadas à assembleia. O PSTU não obteve os votos de sua própria chapa, vencedora das eleições do ano passado, que se dividiu.

Trata-se agora de convocar amplamente a assembleia e defendê-la como instrumento de mobilização geral, de todos, pelas reivindicações gerais, das quais faz parte o fim do ranqueamento.

## **Ceará**

# **Para que serve o bônus do governo**

Tasso Jereissati aplica na educação a política pró-imperialista do governo federal. Intensifica os ataques aos professores com a reforma do ensino médio, municipalização, avaliação institucional, PDE, “Tempo de Avançar” etc. E, agora, concede um bônus em vez de reajuste salarial.

### **Objetivo do bônus**

No período da greve, no ano passado, o governo estadual (Tasso) criou um bônus para os educadores vinculados ao “Tempo de Avançar” (Telecurso 2000 da Fundação Roberto Marinho), chamado “Prova de êxito” no ensino fundamental. Ou seja, os professores que conseguissem que seus alunos alcançassem uma nota igual ou superior, de acordo com os critérios estabelecidos pela Fundação, receberiam R\$20,00 por aluno aprovado na tal “Prova”.

Agora, no início do ano, para ampliar

o “Tempo de Avançar” e conseguir adesões dos professores da rede estadual a este “projeto” no ensino médio, oferece o bônus, numa clara forma de atrair um setor do professorado descontente com o arrocho salarial.

O bônus é o mecanismo usado pelo governo para dividir, “atrair” e aumentar a superexploração da força de trabalho do magistério. É o meio para criar uma disputa no seio da classe. Ao invés de conceder reajuste salarial a todos os professores, Tasso (também Covas em São Paulo) impõe a farsa do bônus.

Na verdade, o objetivo principal desse bônus é a ampliação do telensino no ensino médio. Para isso, usa o dinheiro para comprar uma parte do professorado, premido pelos baixos salários e pelo congelamento salarial. O bônus servirá para quebrar a resistência coletiva dos professores. O governo implanta o sistema de TV e um professor em sala de

aula, no lugar de 7 professores (ensino convencional). Essa medida significa demissão em massa.

### **Posição da Corrente Proletária**

A Corrente Proletária na Educação (corrente sindical do POR) propõe o rechaço à totalidade da reforma educacional do governo. O bônus é apenas uma parte dessa reforma privatista. Exige que o sindicato dos educadores convoque assembleia para que coletivamente os professores decidam as formas de luta contra os ataques do governo, particularmente o bônus. Defende a mobilização direta (greve, ocupações, bloqueios etc) para enfrentar o governo e derrotar a ofensiva de Tasso, Neto Nunes e FHC. E aponta o caminho da unificação dos trabalhadores para pôr abaixo os planos de fome, miséria e destruição da saúde e educação.

## Rondônia

# Lideranças sindicais reformistas cansam a base reforçando ilusões legalistas/eleitoreiras

A Corrente Proletária da Educação divulgou boletim avaliando a conduta da burocracia sindical diante das demissões dos servidores públicos. Mostra que, em janeiro de 2000, o governo do Estado (José de Abreu Bianco-PFL) demitiu 10 mil funcionários, atingindo principalmente a saúde e educação. E, ameaça, nesse início de ano, com fechamento de hospitais e novas demissões. Enquanto isso, a burocracia sindical aponta como caminho de solução desse problema as pressões aos parlamentares, os acordos de cúpula, as assembleias isoladas e as ações judiciais.

Afirma que “após as eleições municipais, das quais estas lideranças estiveram profundamente envolvidas, aconteceu no dia 9/10/2000 mais uma assembleia dos servidores, convocada pelos sindicatos da saúde (SINDSAÚDE) e da Educação (SINTERO), em função da decisão do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), ter assinado a reintegração dos 28 servidores - os primeiros a entrarem com ação na Justiça

do Trabalho. Porém, o governo se recusa a readmití-los. Já na assembleia unificada do SINDSAÚDE e SINTERO, do dia 16/10/2000, tratou acerca do mandado de reintegração de 1202 servidores, expedido pelo TRT, mas o governo Bianco continua intransigente e os servidores ameaçam radicalizar com métodos de ação direta. No entanto, são contidos pelas direções reformistas”.

Diz que, quando a base ocupa gabinetes de secretarias, diante de simples exigências de secretários pedindo a desocupação em nome de receber as lideranças, estas, prontamente, se curvam e convencem a base a desocupar, reforçando as ilusões legalistas/eleitoreiras e conciliadoras.

Os fatos comprovam que pela via da Justiça, pelo pacifismo legalista/eleitoreiro, os servidores demitidos serão derrotados. Jamais o coordenador geral de recursos humanos do governo do Estado de Rondônia será preso ou julgado por não cumprir a decisão da Justiça de reintegrar

os funcionários. Tanto é que já passou um ano da ação do governo e meses da determinação da Justiça do Trabalho e nenhum servidor foi readmitido e muito menos foi punido o coordenador João Bastida por se recusar em readmitir os servidores.

O Boletim conclui com as posições do POR de que é necessário derrotar a política da burocracia sindical, que ilude os trabalhadores com as promessas eleitoreiras dos parlamentares, que aposta nas negociatas com o governo e que canaliza a luta para o Parlamento e para a Justiça burguesa. Tal conduta tem levado ao descrédito de uma parcela dos demitidos, que estão cansados do lenga-lenga dos burocratas. Por outro lado, o POR tem defendido que a vitória dos demitidos depende da unidade (demitidos e não-demitidos) e da radicalização do movimento. Nada virá das mãos do Parlamento e da Justiça corrompidos. Os servidores arrancarão suas reivindicações com seus próprios métodos - greve, bloqueios, ocupações etc.

## Avaliação da conferência nacional do POR (p/CE)

A conferência avançou na elaboração programática. As teses agrárias aprovadas significaram o aprimoramento da finalidade estratégica do programa que é a da revolução proletária, da qual a revolução agrária (expropriação do latifúndio sem indenização) é subproduto. Esta tarefa marca uma diferença de princípio entre a concepção que vai do centrismo ao reformismo de reforma agrária, com indenização e preservação de parte do latifúndio. Outra importância das teses agrárias está na crítica da concepção de reforma agrária do MST, de aliança com setores ditos “progressistas” da burguesia contra a fração latifundiária.

A conferência marcou passo rumo a militância profissional. A discussão sobre como superar os problemas da fase embrionária a penetrar na luta de classes vincula-se a uma outra, não menos importante, de como formar quadros marxistas em nossas frentes. A partir de nossa experiência, pudemos perceber que a aparente contradição existente nas tendências de luta que, de um lado, criam as bases para o avanço do partido revolucionário (impos-

sibilidades de reformas na fase imperialista, que desintegra o reformismo ou o lança para posições pró-imperialistas) e, por outro, a dificuldade de crescimento e penetração do programa nas massas só pode ser resolvida pela formação de quadros.

A prova de fogo para nosso Partido será resolver essa contradição no próximo período. Para isso, a tarefa primeira continua sendo transformar a militância partidária em militantes profissionais, o que implica formar quadros propagandistas, agitadores, teóricos e organizadores.

No que diz respeito aos contatos, as cels. devem organizá-los em pré-cels. e exercer uma disciplina leninista para preparar os novos militantes. Preparar estudos nas pré-células sobre a organização partidária. O Partido, através da crítica sistemática, deve esforçar-se para trazer ao POR o melhor da militância agrupada nas organizações operárias, bem como da militância aguerrida, mas dispersa e desorganizada.

Travar um combate sem tréguas a sem atenuantes (dificuldade que os militantes novos encontram e erro no qual a militân-

cia despreparada geralmente incorre) contra as correntes centristas e reformistas e estalinistas. Temperar a militância recém incorporada para isso, sem o qual o Partido não pode sequer pensar em crescer. Uma boa forma de preparar o Partido está no estudo rigoroso do programa das correntes.

Superar as dificuldades de venda dos materiais (revistas, folhetos e Obras Completas do POR boliviano) e especialmente do jornal. Um bom trabalho de preparação de contatos, de penetração nas frentes de luta, de crescimento da influência política do Partido tem a chave para solução destes problemas antes de tudo no trabalho com o jornal. Uma boa forma de resolver a dificuldade de venda por parte da militância está na vendagem coletiva. O fundamental e o central de tudo é a ampliação da vendagem dos materiais, que consolida nossa influência nas massas.

Segurança. A Conferência reafirmou o método leninista da combinação do trabalho legal e ilegal e considerou a necessidade do partido aperfeiçoá-lo como medida de segurança e de penetração do programa no seio dos explorados.

# O Partido e sua Organização

Prosseguimos com a série de textos de formação escritos por Guilherme Lora iniciados no Massas n.º 160.

Devemos lembrar que este livro foi editado em 1983, mas que seus capítulos apareceram anteriormente separados. De um modo geral retrata o período da ditadura Garcia Meza (71) e o processo de abertura logo a seguir(77).

Este capítulo está inserido no segundo momento, onde o Partido tem de se readaptar organizativamente para aproveitar todos os espaços que o regime abre para ampliar seu trabalho com as massas.

## **Manual do Organizador Os Quadros Partidário (2ª. Parte)**

Temos de precisar quais os métodos de trabalho que devem introduzir modificações imediatas. O rápido desenvolvimento do processo político impõe determinadas prioridades. Tampouco trata-se de retificações organizativas, estas não devem ser tratadas de forma absoluta.

A forma de edição da propaganda, neste momento, terá de ser a mesma. As circunstâncias imperantes não nos permitem abandonar as formas de imprensa que nos foram impostas pela clandestinidade. Sem dúvida, temos de preparar as condições que nos permitam num futuro próximo passar a propaganda massiva e legal. Somente os ultraesquerdistas incuráveis deificam a

clandestinidade, isto levando em conta que, por sua natureza organizativa, o Partido deve manter um aparato clandestino junto ao legal a ser criado.

As transformações mais radicais e imediatas devem ser feitas no plano da atitude do militante frente às massas, que se incorporam na luta e nos métodos de captação de novos militantes.

As massas, em pé de combate, incorporadas ao ascenso revolucionário, vão impondo a vigência das garantias democráticas e, neste aspecto, arrancam concessões em nível crescente. A vigilância policial e o fichamento dos ativistas não acabam e inclusive podem ser acentuados, o que impõem medidas que permitam a defesa dos militantes; sem dúvida, as ações multitudinárias acabam anulando a capacidade repressiva da polícia.

A mobilização das massas exigem que os militantes atuem direta e mais abertamente ante elas, o que é o oposto ao período de clandestinidade. Isto coloca para a militância o abandono das regras observadas dentro do período de ilegalidade e a adoção de outras que possam facilitar o contato imediato com vastos setores sociais. As células e os organismos de direção devem preparar coletivamente suas atividades no seio das massas, esta é a forma de armar devidamente a militância para sua atuação que deve ser concebida e executada não como uma ação individual, mas coletiva. Esta preparação seria defeituosa e inclusive inconcebível se os dirigentes persis-

tirem em manter artificialmente as restrições à democracia interna. A clandestinidade nos obriga a limitar certos direitos da militância e acentuar as atribuições dos dirigentes; isto se traduz numa tendência ao verticalismo na vida partidária que, ao se converter em hábito predominante, pode ter conseqüências nefastas e destrutivas.

A atuação cada vez mais aberta no seio das massas tem de ser acompanhada do necessário aumento da democracia interna, que permitirá aos militantes intervirem de modo efetivo na preparação da intervenção diária. Ou seja, devemos acabar com o verticalismo, temos de, além do mais, proceder eleições em todos os níveis de direção.

As próprias células alimentam o verticalismo, tão caro a certas direções, ao receber passivamente as ordens vindas de cima. Esta atitude deve ser substituída pela preparação coletiva das atuações.

O verticalismo se traduz, quase sempre, na tendência ao trabalho individual anarquizante e não de equipe. As primeiras atuações públicas nos meios estudantis demonstram para onde pode conduzir esta tendência. A militância carecia até de uma direção capaz de modificar durante os acontecimentos o sentido das intervenções dos camaradas. A firme defesa da linha programática deve ser complementada com uma grande flexibilidade tática, que são as características que diferenciam o estado maior revolucionário.

# História do movimento operário no Brasil

## **PARTE III: A influência anarquista no sindicalismo**

A classe operária brasileira era composta majoritariamente pelos imigrantes italianos que, em sua bagagem trouxeram a experiência sindical praticada e desenvolvida em seu país: as idéias anarquistas.

As idéias anarquistas, passaram a influenciar o nascente sindicalismo brasileiro do começo do século XX, na tentativa de arrancar dos patrões e do governo conquistas por melhores condições de trabalho e de vida para os operários, que sofriam abusos de toda sorte, enriquecendo cada vez mais os capitalis-

tas. O sindicalismo anarquista se caracterizava por:

- basear toda a sua ação política nos sindicatos, por isso era chamado de Anarco-Sindicalismo, Sindicalismo Anarquista ou Sindicalismo Libertário. O sindicato era considerado o instrumento de solidariedade da classe, isto é, a arma de destruição do capitalismo e a base de construção de uma sociedade igualitária;
- ser anticapitalista e defender o fim da propriedade privada e das classes so-

ciais, ou seja, contra a divisão da sociedade em classes sociais, entre patrões (exploradores) e operários (explorados);

- negar o Estado e qualquer forma de autoridade. O fim do Estado burguês não deveria levar a construção do Estado operário (Estado dos explorados) e sim a uma sociedade anarquista, sem Estado, sem governos e sem governados, baseada na auto-gestão, através da formação de federações autônomas, por exemplo;

- propor um sistema de liberdade total. Eram libertários;
- não admitir a luta parlamentar, nem a organização em partidos. Para eles, estes eram meios burgueses de ação, que corrompiam os trabalhadores. Segundo essa concepção, a política divide, enquanto que a luta sindical unifica;
- entender que a Greve Geral era a principal arma para a insurreição.

O anarquismo, apesar de existir desde o início da industrialização e, conseqüentemente, da formação da classe operária brasileira, veio se consolidar, enquanto tendência de organização do movimento sindical, apenas na primeira década do século XX. Sua contribuição foi importante para o nascimento do sindicalismo no Brasil, principalmente a partir da fundação da Confederação Operária Brasileira (COB) em 1906, que tinha como objetivo estreitar os laços de solidariedade entre os trabalhadores,

tentando abolir as barreiras que separavam as corporações de ofícios. Procurou organizar o movimento operário em vários níveis de atuação (sindicatos, federações, confederações), elevando a grau de organização que havia no período anterior. Outra importante contribuição dos anarquistas foi a fundação de diversos jornais operários e centros de cultura operária, como forma de desenvolver a formação política desta classe.

Entretanto, a Greve Geral de 1917 demonstrou a fragilidade das idéias anarquistas na direção dos sindicatos. A repressão acentuada dos patrões e do governo acabou vencendo o movimento, que não teve como aplicar a tática revolucionária de trabalho legal e ilegal, própria do programa e do partido marxista. Por isso, a partir da década de 20, o anarco-sindicalismo perde força e é substituído pela tendência socialista. O principal fator que contribuiu para seu enfraquecimento foi a negação de cons-

truir o Partido Revolucionário, pois eram avessos a qualquer tipo de partido político para a organização da massa de explorados. Desta forma, o anarquismo esbarrou em seus próprios princípios ao não compreender que o sindicato deve ser visto como um elemento de contato permanente, um elo de ligação entre o partido e as massas exploradas. Não compreendeu que a característica do sindicato é de frente única, por aglutinar diversas tendências políticas, das mais radicais de esquerda até as mais radicais de direita, e organizou toda a sua prática política visando a destruição do capitalismo apenas na esfera do sindicato. Não compreendeu que o sindicato não pode ser considerado como expressão de uma classe social e que a classe operária só poderá realizar a Revolução Social, aniquilando a burguesia e construindo o Estado Operário se tiver um partido próprio, independente da política burguesa, o Partido Revolucionário.

## Bolivia

# A Importância do IV Congresso da Internacional Comunista

Este Congresso se desenvolveu entre 5 de novembro e 5 de dezembro de 1922. Foi a última reunião da Internacional que Lenin participou.

Um dos documentos importantes aprovados foi a “Tese Sobre a Frente Única Proletária”. Como seu próprio nome indica, trata-se de uma frente de uma só classe, da classe operária, isto nos países altamente desenvolvidos do ponto de vista capitalista, através da qual os partidos Comunistas têm possibilidade de conquistar a liderança da maioria explorada.

Sem esquecer que este Congresso da Internacional Comunista aprovou a resolução que dizia que a IC deveria revisar os programas das seções.

A Bolívia é um país capitalista atrasado, por isto para ela adquire uma grande importância as “Teses Gerais Sobre a Questão do Oriente”, que assinala a tática (réplica da contida na Frente Única Proletária) válida para os países atrasados.

Assinala o documento citado: “O caráter atrasado das colônias se manifesta

na diversidade dos movimentos nacionalistas revolucionários, dirigidos contra o imperialismo e reflete os diversos níveis de transição entre as correlações feudais, feudais-patriarcais e o capitalismo ...”

A tarefa fundamental “consiste em realizar a unidade nacional e a autonomia política. A solução real e lógica desta tarefa depende da importância das massas trabalhadoras, para que tal ou qual movimento nacional seja arrastado em seu caminho ... levando em seu programa as reivindicações sociais destas massas ... A IC sustenta todo movimento nacional-revolucionário dirigido contra o imperialismo. Sem dúvida, a IC não perde de vista, ao mesmo tempo, que só uma linha revolucionária conseqüente, baseada na participação das grandes massas na luta ativa e na ruptura sem reservas com todos os partidários da colaboração com o imperialismo, pode levar as massas oprimidas à vitória”.

A vitória do proletariado depende do apoio das massas camponesas: Os movi-

mentos revolucionários nos países atrasados do Oriente só podem ser coroados com êxito se estiverem baseados na ação das multidões camponesas”.

A presença do proletariado determina que a revolução colonial supere os limites da democracia burguesa: “sua vitória é incompatível com a dominação do imperialismo mundial ... Uma longa luta espera o jovem proletariado ... Esta luta pela influência das massas camponesas deve preparar o proletariado nativo no papel de vanguarda política ...”.

A tarefa consiste em converter o partido operário na direção das massas oprimidas dos países atrasados. Trata-se de arrancar o controle político proletário das massas. Esta é a essência da Frente Antiimperialista.

Na Bolívia estamos levando na prática esta consigna, mas enfrentamos este mal que é o infantilismo esquerdista que quer que apliquemos a tática para os países avançados.

(extraído do “Masas” boliviano n.º 1742 de 4/12/00)

**Chile**

# O genocida Pinochet ri da palhaçada. Somente as massas, com seus Tribunais Populares, podem julgá-lo e puni-lo

Os processos contra Pinochet não passam de teatralização para a burguesia, seu Estado e os partidos ditos democráticos passarem uma borracha sobre o terror pinochetista, tortura e assassinatos de militantes.

O golpe militar contra o governo de Allende contou com o objetivo de eliminar fisicamente os opositores e a vanguarda revolucionária. A ditadura cometeu um dos maiores crimes da história deste País. No entanto, discute-se judicialmente qual implicação teve Pinochet. Fazem uma palhaçada da qual o genocida ri.

## **A responsabilidade é da burguesia chilena e do imperialismo**

Ocorre que não se trata simplesmente da responsabilidade de uma mente insana. A barbárie foi provocada pela burguesia chilena, pelo exército, polícia e pelo imperialismo, principalmente o norte-americano.

Para se manter o capitalismo, a burguesia recorreu à contra-revolução. O uso da violência reacionária contra o proletariado e camponeses era a única saída para se resolver o impasse criado pelo governo de frente popular, que foi constituído para realizar reformas e estabelecer a concórdia entre exploradores e explorados. Esgotadas as possibilidades de conciliação de classe, assim que se verificou a impossibilidade de reformar o capitalismo, veio à tona nitidamente ou a revolução ou a contra-revolução.

Sem o partido revolucionário e iludidos como o governo frentepopulista, o proletariado não pôde organizar o campesinato em torno de si, de forma que pudesse também atrair a camada mais pobre da classe média chilena, para se resolver a questão do poder e impor pela revolução a expropriação do grande capital. O governo dito socialista - na verdade burguês social-democrata, coligado com o estalinista Partido Co-

munista Chileno, evitou que as massas tivessem acesso às armas, enquanto mantinha toda estrutura do exército.

Pinochet era ministro militar do governo PS/PCC. Os fascistas pró-imperialistas se abrigavam no interior da administração de Allende. E não poderia ser de outra forma, pois a constituição de um governo pela via das eleições e seu funcionamento "democrático" só é possível preservando toda estrutura militar e institucional do Estado capitalista. Qualquer que seja o governo dessa máquina, está obrigado a expressar a estrutura econômica constituída pelos monopólios. O que significa sustentar a estrutura de classe em que impera a opressão dos capitalistas sobre o proletariado e a maioria nacional explorada.

O governo de Allende originou-se dessa relação e procurou adaptar sua orientação reformista a ela. Porém, as massas que o elevaram ao poder pelo voto continuaram a pressionar a burguesia e o governo social democrata a realizar reformas democráticas (solução do problema da terra, fim da miséria, educação, saúde, melhorias no trabalho etc.) Embora os explorados estivessem sob o domínio burguês, avançavam no seu método próprio de luta, com ocupações de terra, greves, manifestações e se mostravam tendentes ao armamento contra a reação patronal.

O imperialismo e a burguesia chilena temeram que o débil governo frentepopulista desse lugar à desagregação do poder do Estado, ou seja, de sua ditadura de classe. Pinochet foi o pivô para organizar a conspiração contra-revolucionária, que terminaria no golpe fascista. Por detrás, esteve o capital imperialista e os principais grupos econômicos chilenos. Os monopólios que escravizam as massas impuseram seu domínio com o levante militar, passando por cima da democracia burguesa, depondo o governo constitucional, assassinando o presidente Allende e es-

palhando o terror fascista.

## **Direita e esquerda burguesas reconciliam-se sob a abertura pinochetista**

Os mesmos partidos, militares, organizações empresariais, ordens religiosas etc que organizaram ou apoiaram o golpe gorila continuam partilhado do atual poder. Os mesmos partidos que iludiram as massas com as reformas frentepopulistas e se mostraram incapazes de armar as massas contra a reação burguesa/imperialista voltaram ao poder. Claro que modificados pela situação "democratizante". A direita "aceitou" a volta da "democracia" (eleição, funcionamento parlamentar). A esquerda social-democrata "aceitou" preservar o aparato militar pinochetista e apoiou a "abertura" controlada pelos gorilas golpistas.

Ocorre que o genocídio provocado pelos golpistas, assassinando militantes de esquerda e opositores depois de presos, portando fora de combate, não tem como ficar oculto. A burguesia está obrigada a legalizar o crime culpabilizando algumas figuras militares, de forma a "limpar" a responsabilidade do Estado e da burguesia.

Isso explica por que os tribunais não fazem senão colocar paramentos jurídicos sobre o genocídio. E por que os social-democratas, que tiveram seu governo extirpado pelo golpe, conciliam com a direita para encontrar uma solução "equilibrada", que não atinja a instituição militar e partidária. Objetiva-se chegar a um bom termo, em que os assassinos sofram penalidades aparentes (prisão domiciliar etc).

## **Os trabalhadores devem tomar em suas mãos a punição dos genocidas**

Está aí a necessidade dos explorados denunciarem a farsa da justiça e da de-



mocracia que dizem agora que vão apurar a responsabilidade dos crimes da ditadura fascista. Devemos dizer que não se trata da responsabilidade puramente individual de Pinochet e de seus comandados, mas da burguesia, dos partidos que conspiraram ou apoiaram o golpe. E sobretudo do imperialismo.

A luta dos explorados deve se voltar

contra o conjunto da burguesia. Não permitir que os principais genocidas se escondam por detrás da farsa jurídica contra Pinochet e mais alguns oficiais que comandaram a “caravana da morte”.

Levantamos a bandeira de constituir um tribunal popular, composto por representantes eleitos diretamente nos lo-

cais de trabalho e submetidos à democracia proletária. A luta democrática contra os assassinatos da ditadura é um meio para mostrarmos que a responsabilidade é da contra-revolução. Ao mesmo tempo, tirar as lições deixadas pela política frentepopulista dos reformistas.

## **Canadá lança ofensiva imperialista contra o Brasil**

A suspensão da venda de carne importada do Brasil pelo Canadá é mais um episódio do protecionismo imperialista contra a semicolônia. Ganhou notoriedade a atuação do governo canadense contra a Embraer, concorrente brasileira à Bombardier no mercado de aviões comerciais.

O Brasil é acusado de dar incentivos fiscais, como se os governos das potências não praticassem todo tipo de protecionismo às multinacionais.

É importante uma diferença: os incentivos e protecionismo dos países imperialistas correspondem a sua posição de domínio mundial, enquanto que as medidas protecionistas dos países semicolônias refletem sua posição subordinada e débil do capital nacional, são de defesa da nação oprimida.

No caso da Embraer, é preciso esclarecer que antes pertencia ao Estado, com a privatização parte de seu controle passou para o capital estrangeiro, o que quer dizer que por detrás há uma disputa entre capitais externos. O Estado brasileiro se vê envolvido na guerra comercial interimperialista. Coloca-se a necessidade de reestatização, como medida antiimperialista, sob o controle operário coletivo.

Mas o problema não se limita a esse aspecto do conflito. O recolhimento da carne importada mostra que a ação pro-

tecionista é mais ampla. Também não se circunscreve ao Canadá. Os Estados Unidos cercam as importações de produtos que atingem os interesses dos capitalistas metropolitanos, como no caso do aço, suco de laranja, sapatos etc. A Europa, por sua vez, cerceia inúmeros produtos agrícolas.

Nos ramos em que o Brasil consegue competir - e são poucos - as potências impõem restrições alfandegárias, sanitárias etc.

O episódio da carne desencadeou uma pequena reação nacionalista. Mas completamente inócua.

A burguesia brasileira e seu governo estão cientes de seu lugar subordinado na cadeia de relação econômica. Segue o ordenamento ditado pelo imperialismo por intermédio da Organização Mundial do Comércio (OMC). Basta que dê algum subsídio às exportações pelo Proex para receber pressões dos EUA, Canadá etc.

O Itamaraty reclama da discriminação, faz gestões diplomáticas para contornar as sanções do imperialismo, mas no final acaba cedendo aos interesses das multinacionais.

Os reformistas do PT não podem ter nenhuma alternativa distinta. Não têm como romper com a cadeia de domínio e opressão imperialistas. O palavreado de nova ordem econômica mundial esbarra

na soleira do monopólios industriais, comerciais e financeiros.

O lugar das semicolônias no capitalismo é o de servir ao capital internacional, mesmo que perpetue o atraso do país e a miséria das massas. A burguesia segue esta determinação histórica, embora procure se defender neste ou naquele ponto em que o imperialismo excede o saque e as imposições. O fundamental é que esta segue obrigatoriamente os delineamentos da política internacional do imperialismo.

A debilidade do Brasil frente ao crescente cerceamento dos EUA, Canadá etc e à exigência para que abra mais ainda seu mercado, privatize e atenda à espoliação financeira não faz senão reafirmar a incapacidade da burguesia nacional de defender seus próprios interesses e a nação.

O problema está em que o proletariado não se elevou ainda à condição de dirigente de um movimento revolucionário antiimperialista. E, no entanto, é a única classe que pode enfrentar a opressão imperialista, o que implica expropriar o grande capital nacional e internacional. Cabe à vanguarda trabalhar no seio do proletariado as bandeiras antiimperialistas, de forma a emancipar os explorados da influência do reformismo e da burguesia nacional.

**Adquira com o distribuidor deste jornal:**

**Teses Agrárias do POR**

**Resoluções Internacional e Nacional da 4ª Conferência Nacional**

**Resoluções do Congresso do POR boliviano - 2000**

**Lênin e Trotsky comentam a Comuna de Paris**

Colômbia

## Pastrana prepara guerra contra as Farcs

O governo colombiano deu um ultimato às Farcs: ou estas voltariam à mesa de negociação ou o exército reocupariam a zona desmilitarizada. Os 42 km quadrados ao sul do país se transformou em campo de contato entre o governo e os guerrilheiros para negociar um “acordo de paz”.

Em pouco tempo, as Farcs tiveram de romper relações com os promotores da “paz” porque as forças paramilitares não cessaram os assassinatos de militantes e camponeses na região tida como neutra. Os paramilitares estão vinculados ao exército de forma clandestina e contam com o acobertamento do Estado. São um braço armado dos latifundiários, banqueiros etc que atuam à margem da legalidade burguesa, mas aturados pelo Estado. O que quer dizer que a zona desmilitarizada não estava de fato livre da intervenção das armas inimigas das Farcs. Mas, sem dúvida, os dirigentes da guerrilha foram obrigados a romper as negociações porque estas não poderiam concluir senão com a deposição das armas, que quer dizer capitulação, a exemplo de outros movimentos armados (El Salvador etc.).

Em seguida, o Congresso nor-

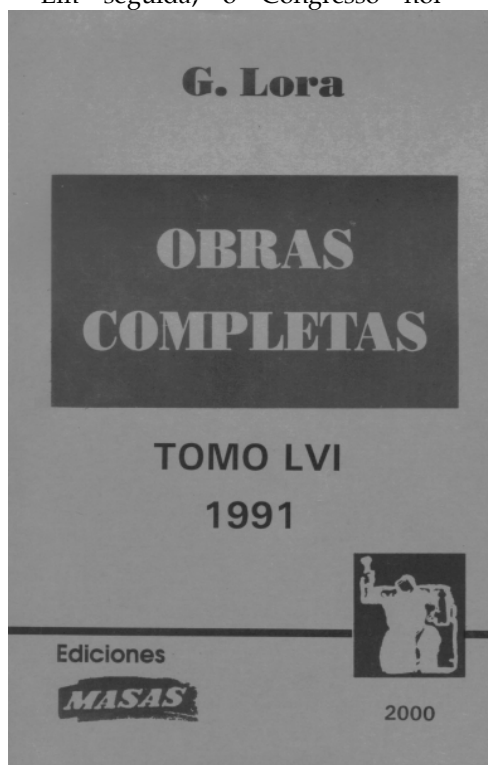


te-americano aprovou a “ajuda” de 1,6 bilhões de dólares, para um pacote orçado em U\$7 bilhões, para armar até os dentes o governo de Pastrana e criar as condições políticas para o intervencionismo forâneo. A resistência das Farcs é um motivo para o imperialismo norte-americano aumentar sua influência militar sobre a Colômbia e toda América Latina. A máscara para a intervenção é o narcotráfico.

Com esse trunfo nas mãos, Pastrana

prepara-se para atacar com mais poder a guerrilha. Mas sabe que politicamente a situação não lhe é favorável. Por toda parte, as massas têm saído ao combate. A luta de classe pende a favor das Farcs. O intervencionismo imperialista não é aceito passivamente pelas massas empobrecidas. Por isso, o governo se acerca de cuidados para iniciar a ofensiva sangrenta. Exige a volta das Farcs à mesa de negociação para dar ares de pacifista e de interesse por um acordo. O que se quer é rendição das Farcs. Não há outra possibilidade de solução para a guerra civil que dura mais de 40 anos. O governo já reforçou o contingente militar para invadir a “zona desmilitarizada”. Espera que as novas rodadas de conversação exponham o impasse para iniciar o ataque e culpar as Farcs de intransigência.

Os trabalhadores do mundo inteiro devem alertar as Farcs para não capitularem e devem se colocar pela derrota do governo Pastrana e do imperialismo. A estratégia das massas oprimidas é o da revolução e ditadura proletárias, que tudo indica não constitui o programa das Farcs. É com esse objetivo que os explorados devem se colocar do lado das Farcs contra a ofensiva militar da burguesia colombiana, latino-americana e do imperialismo.



**Adquira com o distribuidor deste jornal:**

**Obras Completas de G. Lora**

**Toda a trajetória do trotskismo boliviano em 56 voilumes de cerca de 550 páginas cada, que chegarão a mais de 60 volumes no total, expressando a derrota ideológica da burguesia, passo inevitável no caminho da revolução proletária.**

# Rosa Luxemburgo combateu o reformismo

Rosa Luxemburgo (1871-1919) foi uma marxista polonesa, figura destacada da esquerda da II Internacional até 1914, quando se declarou fiel à linha internacionalista e adversária da posição majoritária, que apoiava os governos burgueses durante a guerra interimperalista. Juntamente com Karl Liebknecht fundou a Liga Espártaco, em oposição ao revisionismo da II Internacional. Ambos foram assassinados pela polícia do governo social-democrata em Berlim, em 15 de janeiro de 1919.

Abaixo, resumimos algumas das idéias de Rosa Luxemburgo contra o revisionismo social-democrata.

## Reforma social ou revolução?

O livro “Reforma social ou revolução?” é o resultado do debate que Rosa Luxemburgo travou contra o reformismo e o revisionismo de Bernstein, que se instalava dentro da social-democracia. Para os revisionistas, os sindicatos, as reformas sociais e a democratização do Estado são os meios para realizar progressivamente o socialismo. “A luta sindical e a luta política pelas reformas teriam como resultado um controle social cada vez mais direto sobre as condições de produção e chegariam a restringir cada vez mais, por meio da legislação, os direitos do proprietário capitalista, reduzindo-o à condição de simples administrador”. Este seria o caminho até se introduzir, finalmente, a produção coletiva. Dentro desta perspectiva, o sufrágio universal transforma-se no instrumento fundamental para elevar o trabalhador da condição social de proletário à de cidadão. Um processo gradual de transição democrática do Estado burguês ao Estado proletário, da sociedade capitalista à socialista. A transformação política está no voto e no parlamento, no plano econômico os meios estão nos sindicatos e nas cooperativas de consumo.

Contrário à teoria da desintegração do capitalismo, acredita-se que seu desmoronamento é cada vez mais improvável devido a sua capacidade de adaptação por meio da evolução do crédito, das organizações patronais, das comunicações e dos serviços de

informações, o que afasta a possibilidade de crise generalizada. Um outro fator de adaptação é a melhoria econômica e política do proletariado, através da ação dos sindicatos.

Nesse sentido, a prática da social-democracia não deve visar a conquista do poder político, mas melhorar a situação da classe trabalhadora e instaurar o socialismo não na sequência de uma crise social e política, mas por uma extensão gradual do controle social da economia e pelo estabelecimento progressivo de um sistema de cooperativas.

Rosa Luxemburgo combate ferozmente essa teoria que, segundo ela, está em absoluta contradição com os princípios do socialismo científico. O que Bernstein chama de fatores de adaptação do capitalismo nada mais é do que a alavanca para o seu desmoronamento. O socialismo científico apoia-se em três dados fundamentais do capitalismo: 1) na anarquia crescente da economia capitalista que conduzirá a seu desmoronamento; 2) sobre a socialização crescente do processo de produção que cria os primeiros fundamentos da ordem social futura; 3) na organização e na consciência de classe cada vez maior do proletariado e que constituem o elemento ativo da revolução, depende para isso da construção do partido.

Se as fusões, o sistema de crédito, os sindicatos etc anulam as contradições do capitalismo, salvando por esse meio o sistema capitalista da catástrofe (para Bernstein são fatores de adaptação) como podem, ao mesmo tempo, constituírem as premissas do socialismo? Para Rosa, se existe um meio para agudizar no mais alto grau as contradições do capitalismo atual, esse meio é exatamente o crédito. Num primeiro momento, ele contribui para aumentar a capacidade de extensão da produção em proporções gigantescas, o que contribui para provocar a superprodução e, no decurso da crise, para reduzir ao mínimo a capacidade de consumo do mercado. Também as organizações patronais estão longe de ser um fator de adaptação. Ao invés de cumprir o papel de pôr fim à anarquia capitalista, como pensa Bernstein, muito pelo contrário, serve para aumentar a anarquia. As concentrações

industriais, os monopólios agravam a contradição entre o modo de produção e as relações de troca, agudizando a contradição entre produtores e consumidores. Agravam a contradição entre o modo de produção e a forma de apropriação, opondo a classe operária, da maneira mais brutal, à força superior do capital organizado, conduzindo assim ao extremo o antagonismo entre o capital e o trabalho. Agravam as contradições entre o caráter das economias mundial e o nacional pela guerra alfandegária generalizada, exasperando os antagonismos entre os diferentes Estados capitalistas. A História não poupou em demonstrar que esses elementos, longe de ser fator de adaptação apropriado para atenuar as contradições, são antes de tudo meios que agravam a sua própria anarquia, aceleram a sua própria ruína.

No debate com Bernstein, Rosa atribui a este uma contraposição rígida entre reforma e revolução, um esquema que lhe possibilita abandonar os objetivos socialistas - a socialização dos meios de produção e sua gestão pelos produtores associados - substituindo-o pela ilusão de melhoramento das condições de vida dos operários por meio das batalhas sindicais e parlamentares.

Típico do oportunismo é a sobrevalorização das possibilidades de ação dos sindicatos que quando lutam pela remuneração dos salários, apenas brigam pela realização das leis do mercado capitalista e não pela sua supressão, um trabalho de permanente corrida atrás de um valor que é constantemente expropriado pelos capitalistas.

Para Rosa, a exploração não é fruto das leis burguesas que apenas formalizam e encobrem os mecanismos de exploração. As reformas legalistas não podem, portanto, abolir as condições de exploração dos trabalhadores. A priorização da luta dentro da institucionalidade burguesa fica necessariamente limitada a objetivos internos a ela.

Segundo ela, as reformas podem ser instrumento para o desenvolvimento da consciência revolucionária do proletariado, na mesma medida em que demonstram que, se não transformarem radicalmente as relações de poder, deslo-

cando-o da burguesia para o proletariado, acabam finalmente apenas aprimorando os mecanismos de exploração.

Para Rosa, não se trata de opor-se a luta por reformas sociais. Deve-se lutar dia-a-dia dentro do próprio sistema capitalista por reformas, por melhoria da situação dos trabalhadores e pelas reivindicações democráticas. Este é o processo de iniciar a luta de classe

proletária e de se orientar para o seu objetivo final, ou seja, trabalhar para conquistar o poder político e abolir o sistema salarial.

Entre reforma social e a revolução há um elo indissolúvel: a luta pela reforma social é o meio, a revolução social o fim. Ao contrário de Bernstein, que coloca esses dois elementos em oposição. Faz da reforma social, simples meio da luta de

classe, o seu fim último.

Esta posição revolucionária de Rosa Luxemburgo a colocou como uma dirigente marxista no seio da social-democracia que se decompôs e se tornou contra-revolucionária. O assassinato de Rosa Luxemburgo não eliminou seus acertos históricos e sua importância para o movimento internacional do proletariado.

## **Uma data histórica para o movimento operário Comuna de Paris: 130 anos**

Publicamos abaixo texto do POR boliviano traduzido e divulgado no nosso jornal Massas brasileiro nº 128.

Já se vão 126 anos em que, pela primeira vez na história, o proletariado tomou o poder da burguesia através da ação direta das massas. Essa experiência, ainda que derrotada pela burguesia, traz muitas lições, esquecidas ou renegadas pelo reformismo e pelas correntes de esquerda.

O proletariado parisiense mostrou toda sua bravura quando, vendo sua cidade cercada pelo exército prussiano, depois da capituladora burguesia ter fugido desesperada para Versalhes, decide pela resistência, se organizando na Guarda Nacional.

A 28 de janeiro de 1871 Paris esfomeada capitulou, mas o inimigo, que tinha desarmado as tropas regulares francesas, não o consegue com a Guarda Nacional.

O governo em Versalhes logo procurou desarmar o proletariado parisiense tentando roubar suas armas em 18 de março. As tropas dirigidas pelos generais Thomas e Lecombe, chegaram a Paris, mas ao invés de atacar os irmãos proletários, se solidarizam a estes e fuzilam seus generais.

Em plena guerra contra Versalhes, os comunardos realizam eleições para a Comuna em 26 de março. Os eleitos to-

mam posse no dia 28 e recebem do Comitê Central da Guarda Nacional a direção do Governo de Paris.

Os primeiros atos da Comuna foram a separação do Estado da Igreja (principalmente com relação à educação, fim do ensino religioso e fim da sustentação dos sacerdotes pelo Estado) e a decretação do teto salarial para funcionários da Comuna em 6 mil francos (o salário médio dos operários).

A 16 de abril, inicia-se um plano para o funcionamento das fábricas, cujos donos fugiram para Versalhes, no dia 20 foi abolido o trabalho noturno e no dia 30 foi extinta a Casa de Penhores.

A reação de Versalhes foi implacável. Paris foi bombardeada constantemente a partir de 7 de abril. Os comunardos repeliram o ataque em 11 de abril. Versalhes então se alia ao governo prussiano (que liberta as tropas francesas presas em solo alemão).

No início de maio, as tropas fiéis ao governo burguês recebem reforços dos ex-prisioneiros de guerra e conseguem entrar finalmente em Paris em 21 de maio. Mas a resistência parisiense não se

esmorece, ela se dá casa por casa, cômido por cômido, só caindo o último foco de resistência em 28 de maio. Neste mesmo dia, a burguesia começa a realizar execuções em massa, que só terminaram em julho. No total, foram fuzilados 17 mil parisienses.

Até o final de 1874 foram criados 24 conselhos de guerra para julgar o proletariado parisiense, pela insolência que teve de enfrentar a burguesia. Estes conselhos pronunciaram 13.400 condenações (entre elas 80 crianças e 132 mulheres). Foram 270 penas de morte, 410 condenações a trabalhos forçados, 322 foram exilados e o restante deportados ou presos.

A rica experiência da luta da classe operária francesa serviu para que o proletariado mundial avançasse na elaboração de seu programa. Servindo de base e experiência para a vitoriosa Revolução de Outubro Russa. Suas mortes não terão sido em vão, desde que assimilamos e apliquemos as lições na luta para acabar com a exploração de classe.

(extraído do “Massas” 128, de março de 1997)

## **A Comuna de Paris - Primeiro Governo Operário (1871) Antecedente da ditadura do proletariado de 1917**

Em 18 de março de 1871, Thiers ordena o traslado dos canhões postados em Montmartre. A multidão impede e são fuzilados os generais Leconte e Thomas. O governo oficial se instala em Versalhes. A 28 de março se instala no Hotel de Ville o Conselho da Comuna, que realizou suas funções até 27 de maio quando caiu depois de uma luta cruel onde morreram mais de 20 mil parisienses. No mês de abril, se lançou o “Manifesto da 20 – MASSAS – de 12 a 26 de Fevereiro de 2001

Comuna”, que diz: “... o Estado será dirigido por uma delegação das comunas federadas, iguais entre si, separação da Igreja do Estado”. Foi um Estado diferente: reuniu em um só corpo as atribuições deliberativas e executivas; os funcionários eram eleitos e revogáveis, ganhavam somente o salário médio de um operário etc.

Na cabeça da Comuna estiveram “jacobinos” como Delescluze e membros da

Primeira Internacional como Varlin.

Quando caiu, Marx a defendeu apaixonadamente e aproveitou suas lições para aprofundar e superar sua teoria sobre o Estado.

Na Bolívia, a Assembléia Popular refletiu muitos dos ensinamentos da Comuna por ser órgão de poder e propor a dualidade de poderes.

extraído do jornal “Masas” boliviano nº1659